



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

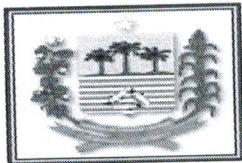
*Conceição de Maria Lages Rodrigues*  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado GESSIVALDO

para relatar.

Em 22 / 03 / 2021

Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**  
**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL GESSIVALDO ISAIAS**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

PROJETO DE LEI Nº: 21 / 2021, Que;

Garante o direito à presença de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado do Piauí.

**Autor: Dep. Lucy Soares**

**Relator: Dep. Gessivaldo Isaías**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei que garante o direito à presença de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado do Piauí.

Os tradutores e intérpretes de Libras deverão garantir a efetiva comunicação entre a gestante e os profissionais de saúde.

Devemos então verificar a constitucionalidade, juricidade e legalidade da proposição ora apresentada.

## II – VOTO DO RELATOR

A propositura supramencionada encontra fundamento no inciso XIV do artigo 24 da Constituição Federal do Brasil, que determina a competência concorrente dos Estados para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência. No mesmo sentido, o artigo 37, inciso VIII, conferiu especial tratamento as pessoas com deficiência.

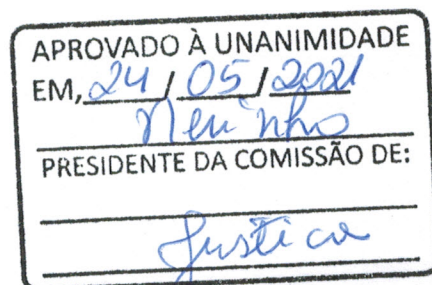
Destaco ainda o artigo 9º do Estatuto da Pessoa com Deficiência que dispõe sobre a necessidade de se disponibilizar meios que garantam a igualdade de condições com as demais pessoas.

Projetos semelhantes já foram aprovados em outros estados brasileiros, como no caso de Pernambuco, que já é Lei 17.029/2020.

Outrossim, não existem impedimentos legais para iniciativa de tal propositura, segundo art. 75 da Carta Estadual, ao passo que sugerimos pelo acatamento do Projeto de Lei nesta comissão

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legislante da nobre colega Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação**.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 13 de Maio de 2021.



Dep Ziza Carvalho  
Dep Henrique Soares  
Dep Julio Azevedo  
Dep João de Deus  
Dep Geo Leime

Dep. Gessivaldo Isaías  
RELATOR